



**Processo nº** 10925.904617/2011-99  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **3003-002.052 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 21 de outubro de 2021  
**Recorrente** COOPERATIVA AGRICOLA CATARINENSE DE CEREAIS  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

Período de apuração: 01/10/2008 a 31/12/2008

CRÉDITO PRESUMIDO. COOPERATIVA AGRÍCOLA. ART. 8º DA LEI 10.925/2005. EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL.

A Lei 10.925/2005 veda expressamente o aproveitamento de crédito presumido por cooperativas agropecuárias.

MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES COM SUSPENSÃO. RESSARCIMENTO. ART. 16 DA LEI 11.116/2005.

O art. 16 da Lei 11.116/2005 autoriza o pedido de ressarcimento de créditos acumulados em razão de operação com suspensão.

FRETE PARA VENDA. ÔNUS SUPORTADO PELO VENDEDOR. POSSIBILIDADE. ART. 3º, IX DA LEI 10.833/2003.

Poderá ser creditado da base de cálculo da PIS/Cofins o valor relativo ao frete na operação de venda, desde que o ônus tenha sido suportado pelo vendedor.

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA CARF N. 125.

Não incidirá juros ou correção monetária nos pedidos de ressarcimento de créditos das contribuições PIS/Cofins. Súmula CARF n. 125.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Antônio Borges – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Müller Nonato Cavalcanti Silva – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marcos Antônio Borges (presidente da turma), Lara Moura Franco Eduardo, Müller Nonato Cavalcanti Silva e Ariene D'Arc Diniz e Amaral.

## Relatório

Por bem retratar os fatos, transcrevo o relatório elaborado pela instância *a quo*:

Trata o presente processo do Pedido de Ressarcimento (PER) nº 13401.01507.131009.1.1.11-3701, transmitido em 13/10/2009, por meio do qual se solicita o reconhecimento de um direito creditório no valor original de R\$ 7.858,95, referente à contribuição social COFINS não cumulativa – mercado interno, do período de apuração (PA) relativo ao 4º trimestre/2008, para fins de sua compensação com débitos objeto da Declaração de Compensação (DCOMP) nº 13401.01507.131009.1.1.11-3701.

De acordo com o Relatório Fiscal, que foi elaborado para os processos nº 10925.904617/2011-99 (COFINS) e 10925.904616/2011-44 (PIS), o contribuinte apresentou documentação em atendimento à Intimação SAORT nº 305/2013, para comprovação do cabimento de seu pedido, nos termos do art. 17 da Lei nº 11.033, de 21/12/2004 (e alterações) e art. 16 da Lei nº 11.116 de 18/05/2005 (e alterações), bem como Instrução Normativa (IN) RFB nº 600, de 28/12/2005, que foi revogada pela IN RFB nº 900, de 30/12/2008, revogada pela IN RFB nº 1300, de 20/11/2012, assim como INs SRF nº 247/2002 e nº 404/2004.

Neste sentido, a apuração das referidas contribuições sociais deve estar refletida no DACON, consoante art. 3º da IN SRF nº 387 de 20/01/2004, cabendo ao sujeito passivo a responsabilidade pela demonstração do direito creditório, nos termos do art. 76 da IN RFB nº 1300/2012, entendendo-se como ônus da prova a apresentação de memórias de cálculo e esclarecimentos verídicos e precisos, que explicitem claramente os valores envolvidos.

A autoridade fiscal ressalta que é vedado à cooperativa vendedora dos insumos do art. 9º da Lei 10.925/2004 o aproveitamento de qualquer crédito (presumido ou regular) em relação às receitas de vendas efetuadas com suspensão, de acordo com o § 4º do art. 8º dessa Lei, o qual, sendo norma especial, prevalece sobre a regra geral disciplinada pelo art. 17 da Lei nº 11.033/2004.

O contribuinte teria informado que todos os produtos por ele comercializados no trimestre em questão estariam enquadrados na hipótese de alíquota zero do PIS e da COFINS. No entanto, constatou-se que, a despeito de a grande maioria das saídas estar sujeita à alíquota zero, algumas saídas são suspensas, outras não sofrem incidência por se tratar de ato cooperativo e uma parcela ínfima das saídas é tributada.

Dessa forma, realizou-se novo rateio entre as vendas tributadas (dão direito a crédito não ressarcível), as vendas alíquota zero (dão direito a crédito ressarcível) e as vendas com suspensão (sem direito a crédito), conforme tabela de fl. 18.

Com relação ao crédito dos bens e serviços utilizados como insumos, não foram encontradas divergências entre a permissão legal para creditamento e a memória de cálculo apresentada.

Quanto ao crédito referente às despesas de armazenagem e frete nas vendas, previsto no art. 3º, inciso IX da Lei 10.833/2003, o contribuinte não teria comprovado que o ônus do transporte tenha sido suportado por ele, uma vez que não apresentou cópia das duas Notas Fiscais de venda e dos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC) de maior valor, referentes ao 4º trimestre/2008. Foram por ele apresentados documentos com divergências: o CTRC 21672 refere-se a frete na compra de farelo de soja, ao passo que a NF de entrada informa Nitrato de amônio e cálcio, além do fato de o próprio bem/mercadoria adquirido vinculado ao frete não dar direito a crédito, pois adubos e fertilizantes possuem alíquota zero de PIS/COFINS.

Face à falta de confiabilidade dessas informações, foram então glosados os valores da Linha 07 do DACON, no valor total de R\$ 87.946,30, conforme tabela de fl. 21 e detalhamento no Anexo I (fls. 25 a 27).

O resumo das glosas (Linha 07 do DACON) no valor total de R\$ 87.946,30 consta da tabela de fl. 21, tendo ainda sido glosado um percentual referente ao rateio da vendas efetuadas com suspensão, bem como havido a transferência de créditos ressarcíveis para não ressarcíveis, referente ao percentual de rateio de vendas tributadas no mercado interno.

Após a recomposição do DACON, chegou-se à conclusão de que restaram os seguintes créditos para a COFINS: R\$ 0,00, referente ao mercado interno tributado (não ressarcível); e R\$ 1.002,38, referente ao mercado interno não tributado (ressarcível), sendo este o valor do direito creditório reconhecido. Em consequência, o Despacho Decisório (DD) constante dos autos deferiu parcialmente o pedido, homologando as DCOMPs no limite desse crédito.

Cientificado da referida decisão em 24/01/2014, o contribuinte apresentou manifestação de inconformidade em 20/02/2014, em que alegou basicamente o seguinte:

A Impugnante atua no beneficiamento e comércio de cereais em grãos, bem como no fornecimento de insumos agrícolas aos seus cooperados, para o que adquire bens e serviços utilizados como insumos na produção, e também serviços utilizados em

seu escoamento, como, por exemplo, frete sobre as vendas. Também adquire insumos agrícolas para revenda, arcando com o custo do frete para sua entrega.

Por esta razão, faz jus aos créditos de PIS e COFINS, cujos saldos credores se acumularam, em função de vendas sujeitas à suspensão ou alíquota zero das referidas contribuições sociais.

Quanto à glosa de créditos vinculados às vendas com suspensão, a autoridade fiscal considerou que, por ser regra especial, o § 4º do artigo 8º da Lei nº 10.925/2004 deve prevalecer sobre a regra geral do art. 17 da Lei nº 11.033/2004. Ocorre que ambos os diplomas legais são de caráter especial e estão na mesma hierarquia no ordenamento jurídico, apenas que a Lei 10.925/2004 foi publicada em setembro/2004 e a Lei 11.033/2004 foi publicada

em dezembro/2004. Por ser posterior, a Lei 11.033/2004 que dá direito ao crédito deve prevalecer em relação à Lei 10.925/2004, mais antiga, consoante art. 2º, § 1º do Decreto-Lei n.º 4.657/1942.

Com relação à glosa sobre o frete de vendas, efetuada a partir de divergências entre o CTRC (que indicavam ser da Impugnante o ônus do frete) e as NF (que indicavam ser do adquirente), a Impugnante está comprovando que efetivamente arcou com os serviços de transporte, conforme recibo de acerto do frete com o respectivo fornecedor, que apresenta juntamente com os CTRCs correspondentes.

Contrariamente ao alegado pelo agente fiscal, e consoante art. 333, I do CPC e jurisprudência que cita, o ônus da prova no presente caso é da fiscalização, e não do contribuinte, pois o Fiscal apenas presumiu que a Impugnante não arcou com os custos do frete na venda, por haver divergência entre o CTRC e a NF. E o próprio fiscal alegou em alguns casos que ela tem direito ao crédito, apenas o alocou numa linha do DACON diferente da que ele entende ser a correta.

Neste sentido, tampouco está correta a glosa de créditos da Linha 07 do DACON, apenas porque contém créditos referentes a fretes de compras, cujo direito está implícito no art. 3º, incisos I e II das Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003, conforme jurisprudência administrativa que cita, a qual também adota o entendimento de que o aproveitamento dos créditos sobre fretes não está vinculado à tributação do produto transportado, por se tratar de duas operações distintas.

Por fim, requer a correção do crédito em questão pela taxa SELIC bem como o provimento da presente manifestação de inconformidade, reconhecendo-se integralmente o crédito pleiteado, para fins de resarcimento e homologação das compensações vinculadas.

A 16<sup>a</sup> Turma da DRJ do Rio de Janeiro julgou improcedente a manifestação de inconformidade sob o argumento de que o crédito presumido de que trata o art. 8º da Lei 10.925/2004 não pode ser aproveitado quando da operação de venda com suspensão das contribuições. Também nega o crédito com frete de insumos por entender que já estão embutidos no valor da operação.

Devidamente científica da decisão, a Recorrente socorre-se a este Conselho por meio do presente Recurso Voluntário, no qual alega as mesmas razões apostas na manifestação de inconformidade. Pede pelo provimento do recurso.

São os fatos.

## Voto

Conselheiro Müller Nonato Cavalcanti Silva, Relator.

O presente Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos formais de admissibilidade. Portanto, dele tomo conhecimento.

## 1 Dos créditos presumidos na agroindústria

Para que se apure a existência de crédito apto a ser pleiteado em PER/DCOMP, há de se avaliar a disciplina legal dos créditos presumidos nas operações realizadas por cooperativas agrícolas. A apuração de créditos na produção agroindustrial, pela peculiaridade que reveste suas operações, é feita pela sistemática de créditos presumidos. É preciso destacar que a sistemática de créditos presumidos tem entre suas finalidades ressalvar a não-cumulatividade e assegurar tratamento isonômico entre os contribuintes, especialmente do setor da agroindústria, vez que a produção serve-se de insumos de origem agrícola, que comumente são adquiridos de pessoas físicas e/ou cooperativas agropecuárias.

A disciplina legal da presunção de créditos na agroindústria encontra arrimo no art. 8º da Lei 10.925/2004:

*Art. 8º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da NCM, destinadas à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.*

*§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às aquisições efetuadas de:*

*(...)*

*III - pessoa jurídica que exerce atividade agropecuária e cooperativa de produção agropecuária; -gn.*

*§ 4º - É vedado às pessoas jurídicas de que tratam os incisos I a III do § 1º deste artigo o aproveitamento:*

*I – do crédito presumido de que trata o caput deste artigo;*

*II – de crédito em relação às receitas de vendas efetuadas com suspensão às pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo.*

Há, portanto, expressa vedação legal para o aproveitamento do crédito presumido em vendas com suspensão.

## 2 Da manutenção dos créditos escriturais

Sobre a manutenção do saldo de crédito quando da operação de venda com suspensão, a Lei 11.033/2004 em seu art. 17 assim dispõe:

*Art. 17. As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.*

Em complemento, vale a transcrição do art. 16 da Lei 11.116/2005:

*Art. 16. O saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado na forma do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, poderá ser objeto de:*

*I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou*

*II - pedido de ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.*

*Parágrafo único. Relativamente ao saldo credor acumulado a partir de 9 de agosto de 2004 até o último trimestre-calendário anterior ao de publicação desta Lei, a compensação ou pedido de ressarcimento poderá ser efetuado a partir da promulgação desta Lei.*

Embora exista expressa autorização legal para manutenção e ressarcimento dos créditos escriturais de PIS/Cofins, vale destacar a conclusão despacho decisório d e-fls. 12/27:

Dante de todo o exposto neste Despacho, decido:

- **RECONHECER PARCIALMENTE** o direito creditório postulado, para considerar o valor de R\$ 1.002,38 (Hum mil e dois reais e trinta e oito centavos) como saldo dos créditos da contribuição para a COFINS, a título de mercado interno, remanescentes ao final do 4º trimestre de 2008, passível de ressarcimento/compensação sem a incidência de juros moratórios, nos termos do art. 83, §5º, I, da IN RFB nº. 1.300/2012;
- **HOMOLOGAR**, até o limite de crédito ora reconhecido, as compensações relacionadas a este crédito.

Houve reconhecimento parcial do crédito pleiteado e mesmo após manifestação de inconformidade e Recurso Voluntário a Recorrente não logrou êxito ao demonstrar a liquidez e certeza do crédito pleiteado.

Sobre a alegação do crédito na operação de frete para venda disciplinado pelo inciso IX do art. 3º da Lei 10.833/2003, é importante destacar que somente é possível sua apuração quando a operação de frete tenha sido suportada pela vendedora:

*Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:*

*IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.- gn.*

Ao apreciar a controvérsia, a instância primeira assim se pronunciou:

*Com relação à glosa do crédito na linha 07 do DACON (Despesas de Armazenagem e Fretes na Operação de Venda), a Autoridade Fiscal entendeu não haver comprovação de que foi o contribuinte quem suportou o ônus do transporte, pelo fato de ele não ter fornecido cópia dos dois maiores Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC) e Notas Fiscais de venda (NF) relativos ao 4º trimestre/2008.*

*Os documentos apresentados apresentam problemas ou divergências: o CTRC 21672 refere-se a frete na compra de farelo de soja, ao passo que a NF de entrada 18222 informa Nitrato de amônio e cálcio, além do fato de o próprio bem/mercadoria adquirido vinculado ao frete não dar direito a crédito, pois adubos e fertilizantes possuem alíquota zero de PIS/COFINS.*

*Em sua defesa, o contribuinte apresenta os documentos de fls. 72 a 77, que tratam de frete sobre a compra e contêm cópia dos CTRC 21672 e 20660, das NF 18222 e 84719, bem como do recibo de seu pagamento pelo frete à transportadora.*

*No caso do CTRC 21672 e da NF 18222, existe divergência entre a descrição do produto comercializado, que não foi esclarecida pela Impugnante em seu recurso. E no caso do CTRC 20660 e da NF 84719, referentes a adubo, considerando que sua alíquota é zero, consoante art. 1º, I da Lei nº 10.925/2004, seu frete de aquisição segue a impossibilidade de creditamento do produto transportado.*

*Assim, está correto o entendimento do Fisco de que o critério de apropriação dos créditos sobre fretes deve seguir o mesmo critério de apropriação dos créditos sobre os produtos transportados.*

Avaliando os documentos que constam nos autos é possível verificar que os conhecimentos de transporte trazidos pela Recorrente não dizem respeito à operação de venda, portanto não se sujeitando à regra do art. 3<sup>a</sup>, IX da Lei 10.833/2003.

Por comungar do entendimento esboçado no acórdão recorrido, adoto os fundamentos como razões de decidir para manter a glosa com operação de frete.

Sobre o pedido de atualização monetária em resarcimento de crédito de PIS/Cofins a de jurisprudência deste Tribunal é pacífica por meio do enunciado n. 125, a saber:

*Súmula CARF nº 125*

*No resarcimento da COFINS e da Contribuição para o PIS não cumulativas não incide correção monetária ou juros, nos termos dos artigos 13 e 15, VI, da Lei nº 10.833, de 2003.*

Sendo assim, não merece acolhida o pleito pela correção monetária do crédito.

Pelo exposto, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Müller Nonato Cavalcanti Silva